



Congresso pode estreiar hoje votação mais rápida de vetos

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Assessores das lideranças partidárias conheceram ontem detalhes do novo processo para análise de vetos por meio de cédula com códigos de barras

Cédula que permite a apuração eletrônica dos votos deverá ser utilizada pelos parlamentares para analisar quatro vetos presidenciais

A sessão do Congresso marcada para hoje poderá ser a primeira de um novo processo de votação que visa agilizar o exame de vetos presidenciais. Uma cédula com códigos de barras que identificam o parlamentar e seus votos foi criada para acelerar o processo de apuração, que era feito manualmente. Mas os congressistas ainda precisam aprovar o projeto que regulamenta a nova funcionalidade. Da pauta, também faz parte a proposta orçamentária para este ano. **3**

Educação em tempo integral ganha espaço

Prefeitura de Volta Redonda



Robótica é uma das oficinas oferecidas em escola de Volta Redonda (RJ)

Meta do Plano Nacional de Educação, o ensino em tempo integral, com 7 horas de aula por dia, já chega a mais de 4 milhões de alunos da rede pública de ensino fundamental, revela o Censo da Educação Básica. Mas, apesar do avanço, a ampliação da jornada enfrenta o desafio de encontrar fontes de financiamento. Para especialistas, também é preciso melhorar o modelo atual. **4 e 5**

Senadores e especialistas discutem reforma política

O ministro Gilmar Mendes, o filósofo Claudio Abramo e os cientistas políticos Murillo de

Aragão e Lucio Rennó participam hoje de sessão temática que vai subsidiar votações. **8**



Genildo Magalhães/Agência Senado

Estudantes do Senac se unem aos senadores durante homenagem em Plenário

Sessão especial homenageia 69 anos de atuação do Senac

Em Plenário, senadores elogiaram o trabalho social desenvolvido

pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, inaugurado em 1946. **2**

Senado vota novo prazo para Lei das ONGs 3

Comissões devem ser definidas em reunião 3

Projeto pretende impulsionar força esportiva do Brasil 6

Alíquota maior para combustíveis pode ser derrubada 7

Colegiado avalia disque-denúncia para trabalhador 2

A nova política está em debate.

Os principais temas que interessam a você e à sociedade estão na revista *Em Discussão!* Esta edição explica de maneira completa e didática as propostas e os impactos da reforma política, a mais esperada pelos brasileiros e prioridade absoluta na agenda legislativa de 2015.

Em Discussão!
Informação e novas ideias.

SENADO FEDERAL



Secom | Publicidade e Marketing

Inaugurado em 1946, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial atendeu 2,5 milhões de pessoas em 2014, sendo 1,8 milhão gratuitamente. Senadores lamentaram atraso em repasses do governo



Aniversário de 69 anos de um dos serviços do Sistema S foi celebrado em sessão especial no Plenário do Senado ontem

Homenagem exalta Senac como gerador de empregos

OS 69 ANOS de atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) foram celebrados pelo Senado ontem com sessão no Plenário. Participantes da homenagem lembraram que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) participa do financiamento dos cursos oferecidos pelo Senac e lamentaram que os repasses do governo federal estejam atrasados.

Inaugurado em 10 de janeiro de 1946, o Senac é um dos principais agentes de educação profissional do país, voltado para o setor do comércio de bens, serviços e turismo. Em 2014, foram 2,5 milhões de atendimentos, sendo 1,8 milhão de matrículas em educação profissional. Destas, 1,1 milhão foram gratuitas, o que deixa patente a preocupação com a inserção social, como afirmou o autor da homenagem, Paulo Paim (PT-RS).

— São quase 70 anos de uma trajetória dedicada ao fortalecimento do setor do comércio de bens, serviços e turismo e à qualificação dos

trabalhadores. A capacidade de se aprimorar explica o espantoso desempenho do Senac, que acumulou mais de 55 milhões de atendimentos a trabalhadores e empresários, de forma presencial ou a distância, em todo o território nacional — registrou o senador.

Jorge Viana (PT-AC) destacou o quanto são essenciais as parcerias da iniciativa privada com a sociedade, por meio do Sistema S. Sempre buscando excelência, elas têm dado certo, especialmente quando vinculadas à formação dos trabalhadores, disse ele.

Serviços gratuitos

Hélio José (PSD-DF) apontou o Senac como uma instituição exemplar, que oferece inserção social por meio de bolsas e outros serviços gratuitos. Na avaliação do senador, o país precisa aprimorar a educação profissional.

— Precisamos incentivar os brasileiros a escolher a formação técnica como opção para ingressar no mercado de trabalho — analisou o senador.

Telmário Mota (PDT-RR)

ressaltou a importância da instituição para Roraima. Segundo o senador, o Senac tem sido responsável por encaminhar milhares de jovens ao mercado de trabalho.

— Quem nos dera que alguns governantes que passaram pelo nosso estado tivessem tido essa mesma visão da importância dos estudos na formação do nosso jovem. Não teríamos tantos adolescentes desempregados, outros no mundo da droga ou no submundo do crime — afirmou.

Wellington Fagundes (PR-MT) trouxe o depoimento do jovem mato-grossense Robson David Ramos da Silva, de 16 anos. De acordo com o senador, Robson afirma que “o Senac ofereceu um recomeço, preparando-o para a vida e o ensinando a ser um homem com visão de futuro”. Ele trabalhava em situação análoga à de escravo, disse o parlamentar, e hoje é um jovem aprendiz lotado no Ministério Público do estado.

— O Senac tem a valorosa missão de educar para o trabalho — completou.

Trabalho social do órgão foi destacado

Ana Amélia (PP-RS) apontou a importância do Senac para a superação dos dilemas sociais que podem ser observados no Brasil. Ela aproveitou a sessão para conclamar os senadores e deputados a votarem o Orçamento de 2015 para que os recursos ao programa sejam liberados pelo Executivo.

— O atraso da liberação dos recursos do Pronatec não é um bom sinal. Se não estamos liberando o dinheiro, porque o Senado e a Câmara não votaram o Orçamento deste ano, nós temos que fazer um esforço para votar — afirmou.

Segundo a senadora, o governo já anunciou que fará a

liberação dos recursos do programa a todas as instituições envolvidas, incluindo o Senac.

O deputado Mauro Pereira (PMDB-RS), ex-aluno do Senac, afirmou que a Câmara e o Senado são responsáveis por alertar o governo sobre o caminho a seguir.

— Para que esse futuro seja brilhante, precisa da nossa ação, do nosso trabalho, da nossa dedicação. O verdadeiro deputado e senador da base do governo é aquele que fala a verdade para quem está no exercício do poder — disse.

Adelmir Santana, ex-senador e vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio

(CNC), entidade sindical patronal à qual o Senac está ligado, também participou da homenagem. Ele lembrou do trabalho social desenvolvido pelo Senac com as gratuidades e pediu que o governo coloque em dia os repasses ao programa, uma das bandeiras da campanha de reeleição de Dilma Rousseff em 2014.

A homenagem foi proposta por Paim, com apoio de João Capiberibe (PSB-AP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Wilder Morais (DEM-GO). O ex-senador Pedro Simon foi subscritor do requerimento, apresentado no ano passado.

Ciência e tecnologia ganham novo status na quinta-feira

O Congresso Nacional promulga quinta-feira a Emenda Constitucional 85, que altera a Constituição para assegurar que atividades de ciência, tecnologia e inovação sejam assunto prioritário de Estado. A emenda é proveniente da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12/2014, aprovada pelo Senado em dezembro de 2014.

O objetivo da Emenda 85 é impulsionar a pesquisa e a criação de soluções tecnológicas que melhorem a atuação do setor produtivo. Com as modificações constitucionais, será possível, por exemplo, a integração entre instituições de pesquisa tecnológica e empresas, intensificando os esforços para o desenvolvimento do país.

Uma das novidades é a ampliação das entidades

que poderão receber apoio financeiro do poder público. Atualmente, apenas as atividades universitárias de pesquisa e extensão podem receber esse apoio. Com a emenda, além das universidades, poderão ser apoiadas instituições de educação profissional e tecnológica.

A emenda também estabelece, como nova função do Estado, o estímulo à articulação entre os entes do setor, tanto públicos quanto privados, na execução das atividades de pesquisa, capacitação científica e tecnológica e inovação. O Estado promoverá ainda a atuação no exterior dessas instituições.

A promulgação ocorrerá em sessão solene no Plenário da Câmara dos Deputados, a partir das 11h.

Projeto prevê a criação de Disque-Denúncia do Trabalhador

Trabalhadores, aposentados e pensionistas podem ganhar um novo canal de denúncia contra fraudes a violação de direitos. Projeto de lei de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) institui o Programa Disque-Denúncia do Trabalhador, que, se aprovado, deverá ser regulamentado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

A autora do projeto (PLS 30/2015) ressalta que os casos de fraudes em benefícios trabalhistas e previdenciários,

além do prejuízo aos direitos dos mais necessitados, afetam a arrecadação e o desenvolvimento de políticas públicas.

“Atualmente, o Brasil vivencia uma grave crise econômica, o que vem forçando o governo a promover diversas medidas de austeridade com a finalidade de corrigir as contas públicas”, afirma a senadora.

No Senado, o projeto deve tramitar apenas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e ainda aguarda recebimento de emendas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO MP das ONGs

14h A MP 658/2014, sobre as parcerias da administração pública com as ONGs, tranca a pauta.

PRESIDÊNCIA Debate temático, ordem do dia e sessão do Congresso

10h Preside sessão de debates sobre a reforma política no Plenário do Senado. Às 16h, ordem do dia. Às 19h, sessão do Congresso no Plenário da Câmara para apreciar o Projeto de Resolução do Congresso 1/2015, os Vetos 31 a 34/2014 e do Projeto de Lei do Congresso 13/2014.

SESSÃO DE DEBATES TEMÁTICOS Reforma política

10h Sessão para discutir, com senadores e especialistas, a reforma política.

INSTITUCIONAL Lançamento de livro

18h30 Na Biblioteca do Senado, lançamento do livro *Resgate da Reforma Política – diversidade e pluralismo no Legislativo*, uma iniciativa da Coordenação de Edições Técnicas da Casa.

CONGRESSO Análise de vetos presidenciais

19h Sessão destinada a apreciar o Projeto de Resolução do Congresso Nacional 1/2015, os Vetos 31 a 34/2014 e o Projeto de Lei do Congresso Nacional 13/2014.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão temática sobre reforma política**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Votação de vetos pode se tornar mais rápida hoje

Projeto que prevê a utilização de uma cédula eletrônica para acelerar a apuração do resultado é o primeiro item da pauta do Congresso, que inclui ainda quatro vetos e o Orçamento

A SESSÃO DO Congresso Nacional de hoje já terá a possibilidade de votação por meio de uma cédula que permite a apuração eletrônica dos votos dos parlamentares — o que torna mais rápido o processo de análise de propostas.

A estreia, no entanto, depende de que seja aprovado o projeto de resolução (PRN 1/2015) que regulamenta a funcionalidade. Esse é o primeiro item da pauta, que inclui ainda quatro vetos e a proposta orçamentária para 2015 (PLN 13/2014).

A cédula eletrônica (e-cédula), contendo todos os os vetos em análise, já está disponível no site do Congresso. O acesso é aberto a qualquer pessoa, que poderá consultar o projeto de lei que foi objeto de veto, parcial ou integral, e a justificativa presidencial (*veja link no final deste texto*).

Ao abrir a cédula, o internauta verá que o parlamentar poderá votar “sim”, para manter o veto; “não”, para derrubá-lo; ou “abstenção”. Caso haja orientação da liderança pela obstrução, que é um recurso usado para evitar a votação,

o parlamentar não marcará nenhuma das opções. Ao votar em branco, ele se exclui da contagem do quórum exigido para a votação.

Até essa fase do preenchimento da cédula eletrônica, no computador, não há registro do voto do congressista. Isso ocorrerá quando o parlamentar imprimir as escolhas. Na folha impressa, os votos aparecem na parte superior e ganham identificação de um QR Code (código de barras bidimensional).

A vinculação formal do parlamentar com a cédula ocorre no momento em que ele assina a cédula impressa e a entrega pessoalmente no local de votação instalado no Plenário da Câmara, onde são realizadas as sessões do Congresso. Um servidor identifica o parlamentar e cola uma etiqueta na cédula, com nome e foto do congressista, além de um código de barras com a identificação do parlamentar. A etiqueta e o QR Code passam, então, por um leitor óptico que registra as escolhas.

À medida que as cédulas são entregues, os votos vão sendo



Diretor da Secretaria Legislativa do Congresso, André Augusto Sak apresenta a e-cédula a assessores dos partidos

automaticamente computados, o que dá maior agilidade a todo o processo, conforme ressaltou o secretário-geral da Mesa do Senado e do Congresso, Luiz Fernando Bandeira. Ele e André Sak, diretor da Secretaria Legislativa do Congresso, apresentaram o aplicativo ontem a lideranças partidárias.

— O novo método vai resultar em uma votação mais célere, numa apuração imediata do voto e na possibilidade de manter a pauta de vetos atualizada — explicou Bandeira.

Na reunião, assessores dos líderes questionaram algumas normas do PRN 1/2015. As regras poderão ser alteradas por meio de emendas apresentadas por parlamentares.

Conheça a nova cédula eletrônica: <http://bit.ly/cedulaEletronica>

Derrubar decisões presidenciais depende da maioria absoluta dos parlamentares

A discussão dos vetos será uma só para todos em pauta. Para um deles ser derrubado, são necessários os votos da maioria absoluta de deputados (257) e de senadores (41).

O Veto 31/2014 foi apresentado ao PLC 150/2009, sobre a jornada de trabalho de psicólogos. A presidente da República alega que a redução poderia prejudicar o atendimento no SUS.

O Veto 32/2014 foi feito ao PLC 99/2013 — Complementar, que trata de incentivos fiscais. O governo justifica que o projeto foi apresentado em um momento de expansão da arrecadação e que hoje o cenário é outro.

O Veto 33/2014 foi aplicado

ao PLS 47/2008, que destina ao transporte escolar das prefeituras coletivos apreendidos por terem ingressado irregularmente no Brasil. A presidente diz que a medida poderia pôr em risco a segurança dos usuários.

O Veto 34/2014 foi aposto ao PLS 161/2009, que reduz a contribuição previdenciária para patrões e empregados domésticos. Com isso, o governo deixaria de recolher R\$ 600 milhões por ano.

A proposta orçamentária pode não ser votada hoje porque o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), deu prazo até as 20h para encaminhamento das emendas de novos parlamentares eleitos em outubro.

Veja como vai funcionar a e-cédula

► Para cada veto, o parlamentar poderá votar “sim”, “não” ou se abster. Se quiser obstruir a votação, não marcará nenhuma opção

► Feitas as escolhas, o congressista imprime a cédula, que contera os votos e um QR Code identificando as opções

► No local de votação, no Plenário da Câmara, o parlamentar entrega a cédula, que receberá a identificação do congressista

► Os votos são eletronicamente computados por meio do QR Code e do código de barras que identifica o parlamentar

Medida provisória sobre Lei das ONGs é 1º item na pauta do Senado

O primeiro item a ser votado hoje no Senado é a Medida Provisória (MP) 658/2014, que adiou a entrada em vigor da Lei das ONGs (Lei 13.019/2014). Atendendo órgãos públicos e entidades, que pediam mais tempo para adequação às normas, o governo adiou para julho o início da vigência. A MP precisa ser votada para liberar o restante da pauta.

Também podem ser examinados cinco projetos de lei da Câmara (PLCs): o 114/2013 inclui campanhas educativas entre as ações que podem receber recursos da União para estados e municípios que elaborarem

planos de gestão de resíduos sólidos. O 22/2013 regulamenta o direito à licença-maternidade nas Forças Armadas: a militar teria direito à licença de 120 dias, prorrogáveis por mais 60. O 66/2012 fixa em 15% do peso do estudante o limite para peso de mochilas escolares. O 49/2014 obriga as lojas de carro a informar a situação de regularidade dos veículos e os tributos incidentes na transação. O 35/2013 institui a Fundação Universidade Federal do ABC.

Há ainda o Projeto de Lei do Senado (PLS) 201/2013, que dá novo limite para o ICMS das pequenas empresas.

Presidências das comissões devem ser definidas nesta semana

A composição das 12 comissões permanentes do Senado é prioridade dos líderes partidários e deve ser definida em reunião a ser marcada para esta semana. O ponto em discussão é o critério a ser utilizado na escolha dos presidentes dos colegiados.

Segundo o primeiro-vice-presidente da Casa, Jorge Viana (PT-AC), a expectativa é de que seja observado o princípio da proporcionalidade. Mas ele não descarta a possibilidade, se não houver entendimento, de a escolha dos presidentes e vices das comissões ser feita por meio do voto.

Para Viana, a indefinição é reflexo da

eleição da Mesa, quando, sem acordo entre os líderes, a proporcionalidade das bancadas não foi respeitada.

Alvaro Dias (PSDB-PR), líder do Bloco de Oposição, também espera um avanço. Ele descarta, porém, a alternativa do voto como solução. O senador lembrou que as comissões são um instrumento importante de atuação parlamentar e devem ser utilizadas para produção legislativa.

— Se a oposição ficar impedida de produzir, obviamente a instituição perde — afirmou Alvaro, acrescentando que seria uma “insensatez” uma decisão que afronte a oposição.

Escola em tempo integral começa a avançar no Brasil

Mais de 4 milhões de alunos do ensino fundamental público já têm sete horas de aula por dia, mas o financiamento da ampliação da jornada ainda é um desafio para os governos. Também é preciso dar mais qualidade a esse tempo extra de atividades oferecidas aos estudantes, defendem especialistas

Tatiana Beltrão

UMA DAS 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE), a escola em tempo integral — em que o estudante tem sete horas de aula por dia, em vez de quatro — vem se expandindo rapidamente no país. No ano passado, dos 24 milhões de alunos da rede pública de ensino fundamental, 4,3 milhões tinham jornada ampliada, revela o Censo da Educação Básica 2014, divulgado neste mês. Um crescimento de 500% em relação a 2008, quando a modalidade atendia pouco mais de 700 mil estudantes.

No entanto, apesar do avanço a cada ano, cumprir o PNE (Lei 13.005/2014) nesse quesito ainda vai exigir esforço dos governos. A meta 6 do plano, aprovado pelo Congresso no ano passado, determina que até 2024 a educação em tempo integral deverá ser oferecida em ao menos 50% das escolas públicas e atender no mínimo 25% dos alunos de toda a educação básica — que, além do ensino fundamental, inclui ensino médio e educação infantil. No fundamental (1º a 9º ano), o censo indica que a jornada ampliada hoje chega a 18% dos estudantes. Mas no ensino médio o ritmo é bem mais lento: dos

8,3 milhões de alunos no ciclo, apenas 330,8 mil tinham turno integral em 2013.

No Senado, um projeto de lei em análise na Comissão de Educação e Cultura (CE) busca ampliar ainda mais o alcance da meta. O PLS 255, apresentado em 2014 pelo então senador Wilson Matos, propõe alteração no PNE e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para determinar que, em dez anos, todos os alunos do ensino fundamental público (e não apenas um quarto deles) estudem em período integral. Para Matos, o pouco tempo que o estudante brasileiro fica na sala de aula é fator crucial para explicar o atraso educacional do país. E a meta estabelecida pelo PNE, argumenta, é pouco ambiciosa para recuperar esse atraso.

Pela proposta, em vez das 800 horas de aula anuais exigidas hoje pela LDB, seriam 1,4 mil horas — mais até do que o praticado em países considerados modelos educacionais, como a Finlândia, que tem 900 horas ao ano. O Chile, tido como um bom exemplo na América Latina, tem 1.060. O projeto, que será tema de audiência pública na comissão, tem parecer favorável do relator, Cristovam Buarque (PDT-DF).

— Escola tem que ser em

horário integral. Senão, não é educação — defende o senador.

Recursos

O financiamento é o maior desafio para o alcance da meta. A expansão da jornada implica custos extras, como pagamento de profissionais, alimentação, materiais, transporte, infraestrutura... Hoje as experiências de ensino em tempo integral vêm sendo bancadas em parte pelo governo federal (por meio do Programa Mais Educação, do Ministério da Educação) e em parte pelos estados e municípios.

O MEC ainda não contabiliza o valor investido por aluno na modalidade. Uma estimativa usada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que varia por estado, prevê um custo anual médio entre R\$ 3,5 mil e R\$ 4 mil por aluno — um acréscimo de cerca de 25% em relação ao turno de quatro horas. No ano passado, o Mais Educação repassou às escolas participantes R\$ 1,4 bilhão, o que representaria um extra de cerca de R\$ 400 por aluno atendido.

No entanto, garantir jornada estendida com um mínimo de qualidade custa mais caro. Um



Colégio de Vitória vinculado ao Mais Educação, do MEC: no contraturno, alunos participam de atividade proposta pelo programa

estudo inédito da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a que o **Jornal do Senado** teve acesso, está mensurando o Custo Aluno-Qualidade inicial — CAQi (*veja quadro*) da jornada integral. Dados preliminares do estudo mostram que o valor a ser investido por estudante do ensino fundamental integral deveria ser de pelo menos R\$ 7,6 mil ao ano nos anos iniciais e R\$ 6,4 mil nos anos finais. O investimento deve ser ainda maior na creche (R\$ 16,7 mil) e pré-escola (R\$ 9,4 mil) e um pouco menor no ensino médio (R\$ 5,5 mil).

Parece muito, mas não chega à metade do que investem os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — em média, US\$ 8,3 mil por estudante no chamado primário (equivalente aos anos iniciais do fundamental) e US\$ 9,3 mil no secundário (anos finais), de acordo com relatório divulgado em 2014.

— Para que a meta seja cumprida com qualidade, é preciso fazer com que o financiamento seja mais adequado. Não dá para apenas adicionar R\$ 400 ao ano; é um valor muito baixo para estender a jornada para sete horas — avalia Daniel Cara, coordenador-geral da campanha.

No Senado, uma comissão temporária criada para propor soluções para o financiamento da educação no Brasil estimou em R\$ 9 mil o custo anual por aluno para garantir uma escola pública integral “maravilhosa”, na definição do relator, Cristovam Buarque. O relatório final da comissão, apresentado em dezembro, aponta 15 fontes de financiamento que permitiriam arrecadar o necessário para o setor — entre elas, imposto sobre grandes fortunas, criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira para a Educação (CPME) e redução das desonerações fiscais.

— É mentira dizer que não tem dinheiro para a educação. Com vontade política seria possível fazer uma revolução — critica.

Cobertor curto

Por enquanto, os recursos são insuficientes para continuar ampliando vagas, avalia a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime). A presidente da organização, Cleuza Repulho, diz que a meta do PNE dificilmente será atingida se não houver novas fontes de financiamento. Como o ensino fundamental é atribuição principalmente dos municípios, sobre eles recai a responsabilidade de ampliar a oferta do tempo integral. A demanda da população é grande e muitas cidades já investem verbas próprias para aumentar as vagas ou complementar os valores repassados pelo Mais Educação.

— Para a Undime, a jornada ampliada é fundamental para garantir qualidade e equidade da educação pública, mas há preocupação sobre como viabilizar esse processo. Hoje o desafio para aumentarmos a oferta é merenda, transporte, profissionais... Sem investimento novo, não será possível.

O que é o CAQ

Idealizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) é um dispositivo que busca mensurar o financiamento necessário para a melhoria da educação no país. Ele indica o valor mínimo de investimento por aluno, considerando um padrão desejável de qualidade em itens como salário dos professores, número de alunos por sala e infraestrutura (por exemplo, bibliotecas, laboratórios e quadras esportivas em todas as escolas). O dispositivo foi incluído na meta 20 do PNE, que trata do financiamento do setor, e agora é lei: o CAQ inicial (CAQi) deve ser implementado já em 2016 e reajustado até a implantação do CAQ, que passará a ser o parâmetro para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica no país.

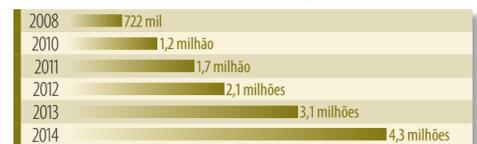
Também falta espaço nas escolas para acolher os alunos no tempo estendido, relata ela. É preciso construir novos prédios, mais salas de aula. E o problema tende a se agravar no ano que vem, quando, por lei, o ensino público e gratuito passará a ser obrigatório a partir dos 4 anos, e não dos 6, como é hoje. Assim, as prefeituras terão de garantir vagas para atender um contingente extra de pequenos estudantes.

— Você tem o desafio de ampliar a jornada e, na mesma rede, precisa aumentar número de escolas, de salas, contratar professores para as crianças de 4 e 5 anos... Somos a favor da lei, é importante que todas as crianças tenham direito à pré-escola, mas isso tem um custo — diz Cleuza.

Ela frisa que é preciso regular o PNE na questão relativa ao financiamento: a meta 20 do plano determina que o país deverá dobrar os investimentos em educação, aplicando 10% do PIB no setor. A origem dos recursos, porém, ainda está indefinida.

Jornada integral no ensino fundamental público

(em número de estudantes)



Fonte: Inep/MEC

Modelo atual de jornada ampliada é questionado

Aumentar o tempo de ensino dos alunos é medida essencial para melhorar a qualidade da educação brasileira, defendem especialistas. Aqui, o estudante passa em média quatro horas por dia na sala de aula. Na maioria dos países, o período é maior — entre seis e sete horas. No entanto, não basta estender o período, explica a pedagoga Maria Amabile Mansutti, coordenadora técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec): é preciso dar qualidade a esse tempo extra.

— Tempo é um fator importante, mas não é determinante em educação integral de verdade. Se não houver uma proposta educacional consistente e um bom planejamento, capaz de articular o conhecimento formal às atividades, a extensão do tempo não promove o desenvolvimento integral do estudante. Não adianta ter mais do mesmo.

É com base nessa constatação que especialistas defendem mudanças no Programa Mais Educação, a política pública nacional destinada a incentivar a adoção, pelas escolas, da jornada ampliada. Criado pelo MEC em 2007, foi ele o responsável pela expansão da modalidade no Brasil. Em 2008, eram 1,7 mil escolas participantes; em 2014, 61 mil. Os colégios que aderem ao programa devem oferecer no mínimo sete horas de aula por dia. No turno normal, os alunos estudam as matérias de praxe. No contraturno, fazem atividades (como esportes, acompanhamento pedagógico, uso de mídias e tecnologia, empreendedorismo, robótica). Para financiar o custo extra que o aluno da jornada ampliada acarreta, a escola recebe recur-

sos para o pagamento de monitores e funcionários, compra de materiais, complementação de merenda e de transporte.

Para a pedagoga, a adoção da escola em tempo integral no país é irreversível, porque já há demanda da sociedade por ela, mas é preciso definir uma nova política.

— O Mais Educação está estagnado. Não avançou em termos de proposta de educação integral, de formação profissional, de currículo. Em decorrência disso, há comprometimento da questão pedagógica.

Mais “ocupação”

Daniel Cara também defende uma reformulação. Para ele, o Mais Educação foi importante, pois conseguiu colocar o tema na agenda das políticas públicas brasileiras. Entretanto, é insuficiente diante das necessidades do aluno e precisa avançar, promovendo maior articulação do conteúdo das disciplinas com o que é trabalhado nas atividades.

— Os alunos vivem um momento de “ocupação” do tempo que é dissociado do projeto político-pedagógico da escola e do que é estudado em aula. As atividades esportivas e culturais são legais, mas o que se busca com educação integral é que ela seja articulada e que o resultado faça diferença. A aula do laboratório, por exemplo, deve ser articulada com o que está sendo trabalhado em sala. Simplesmente dobrar o tempo do aluno em uma escola desinteressante não vai resolver o problema educacional do país. O programa cumpriu seu papel, mas tem que ser superado. Nossa expectativa é de que o PNE signifique essa superação. Outra mudança apontada



Em Volta Redonda (RJ), oficina de robótica rendeu prêmio nacional a estudantes

como necessária é o papel do professor no Mais Educação. As atividades do contraturno têm, em geral, a supervisão de monitores, sem vínculo com a escola, e não de docentes. Isso é um equívoco, avalia a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Para que o ensino integral seja efetivo, é preciso ampliar a jornada também do professor, com aumento de salário, para que ele possa ser lotado em uma única escola e seja responsável pelas atividades, afirma Heleno Araújo Filho, coordenador da CNTE:

— Defendemos a educação em tempo integral, mas, para

alcançarmos o patamar adequado, o professor deve ter um único vínculo empregatício. Também é preciso melhorar as condições de trabalho. Tem que ter infraestrutura adequada (laboratório, quadra de esportes, biblioteca) que dê condição para que o aluno possa passar o dia na escola e o professor possa desenvolver seu trabalho. Esse modelo ainda não existe no país.

Algumas escolas — como a E.M. Rubens Machado, de Volta Redonda (RJ) — conseguem bons resultados: a oficina de robótica oferecida pelo Mais Educação já rendeu prêmio na olimpíada brasileira do setor.

País vive momento estratégico para melhorar educação

A escolha, pela presidente Dilma Rousseff, do lema “Brasil, pátria educadora” como marca do segundo mandato trouxe esperança a quem torce pela melhoria da educação, embora o governo ainda não tenha explicado como vai transformar o compromisso em ações. Também o novo ministro da Educação, Cid Gomes, ainda não detalhou o que a pasta pretende em relação à expansão da educação em tempo integral. Fátima Bezerra (PT-RN), que esteve com o ministro em janeiro, relata que ele garantiu que essa será a prioridade do MEC, ao lado da educação infantil, do ensino profissional e da reforma do ensino médio. Para a senadora, é preciso aproveitar o momento para lutar pelo ensino em tempo integral:

— Temos que debater a ques-

to do financiamento necessário para avançar nessa área, pelo caráter estratégico que ela tem para alargar os horizontes de cidadania de nossas crianças e jovens. E debater também a questão da valorização do magistério [outra meta do PNE]. Este é o desafio agora: tendo como bússola o PNE, a gente conseguir financiamento suficiente para que essas metas sejam cumpridas — diz.

Daniel Cara chama a atenção para a importância estratégica de investir em educação neste momento. Ele lembra que esta geração de crianças e adolescentes brasileiros é a última geração do Brasil como país de jovens. Depois dela, tendemos a nos tornar uma nação de adultos e idosos, como na Europa. Por isso, a hora de melhorar é agora, diz. E esclarece: ao

longo do tempo, as pesquisas em educação detectaram dois fatores fundamentais para a melhoria da área — o efeito família e o efeito escola. O que mais impacta a vida educacional de um aluno é o efeito família, que no Brasil é muito baixo, diz Cara, porque até recentemente as pessoas não tinham o direito à educação garantido. Ele explica então por que é preciso apostar agora no efeito escola:

— O que temos que fazer com a educação integral: você faz com que ela aumente o efeito escola a ponto de fazer com que o aluno que passou por esse ensino de qualidade, quando constituir sua família, gere um bom efeito família. E o efeito família sempre vai gerar mais efeito escola. O que é mágico em educação é que uma geração que teve acesso ao ensino cobra

Saiba mais

Veja vídeo com entrevistas
<http://bit.ly/educacaoIntegral>

PNE (Lei 13.005/2014)
<http://bit.ly/Lei13005>

Portal Educação Integral (MEC)
<http://educacaointegral.mec.gov.br>

Veja todas as edições do
Especial Cidadania em
www.senado.leg.br/especialcidadania



Aluno com período ampliado em Teresina: escolas participantes do programa federal recebem recursos para financiar custo extra que aumento das horas de aula acarreta

Romário quer Brasil como potência esportiva

Senador pretende aproveitar o momento pré-Olimpíadas para impulsionar o investimento sistemático em esporte e propôs um fundo para financiar projetos na área

O SENADOR ROMÁRIO (PSB-RJ) pretende estimular o Brasil, sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, a tornar-se uma potência mundial no esporte. Com esse objetivo, ele apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 26/2015, que estabelece a criação do Fundo Nacional de Legado Olímpico e Paralímpico.

Gerido pelo Ministério do Esporte, o fundo teria dois objetivos: financiar projetos de desenvolvimento do esporte educacional e de alto rendimento e custear a manutenção da infraestrutura construída para os Jogos de 2016. O ministério, de acordo com os próprios objetivos, decidiria quais iniciativas priorizar.

O fundo teria a existência de dez anos, prorrogáveis por mais dez ao fim do prazo. Seria abastecido, entre outras



Um dos objetivos da proposta é manter, após 2016, estruturas construídas para os jogos, como o Parque Olímpico, no Rio

fontes, por repasses federais, dotações orçamentárias, doações e fundos de investimento regionais. Além disso, poderia contar com 1% da arrecadação das loterias federais.

Romário entende que é necessário aproveitar os investimentos presentes em estrutura esportiva para perenizar o incentivo ao desporto no país. É o que o senador explica na

justificativa ao projeto.

“O ambiente olímpico dos jogos deve ser aproveitado como gatilho para continuar alavancando o desempenho dos atletas brasileiros em

campeonatos mundiais e nas Olimpíadas. Diante da realidade social do nosso país, é de fundamental importância a canalização das potencialidades individuais e coletivas para a prática do esporte olímpico e paraolímpico”, acredita.

Romário também vê as Olimpíadas e as Paraolimpíadas como oportunidade para que o Brasil evolua em várias frentes, não só na esportiva.

“Os jogos devem passar para a história como experiência de sucesso no que diz respeito ao legado deixado para o país e à alocação estratégica de recursos públicos e privados para fomentar o desenvolvimento social, econômico e urbanístico”, defende Romário.

O projeto será analisado pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Medeiros defende medidas em prol da indústria nacional

José Medeiros (PPS-MT) pediu mais atenção do governo à indústria nacional, que, para ele,



Waldemir Barreto/Agência Senado

precisa de medidas como a capacitação de mão de obra, melhoria da infraestrutura de energia e transporte e a simplificação do sistema tributário.

O senador lembrou que estimular a agregação de valor à produção agrícola e mineral é fundamental para dar competitividade à indústria e comparou o superávit de US\$ 13 bilhões, em 2014, de Mato Grosso, estado exportador de produtos primários, com o déficit de US\$ 4 bilhões da indústria nacional.

— Se nada for feito, o setor continuará amargando resultados ruins. A indústria de transformação, que já representou 30% da riqueza nacional nos anos 80, hoje é apenas 10% do produto interno bruto — alertou o senador.

Alvaro pretende facilitar importação de remédios

Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou ontem ter apresentado projeto de lei para facilitar a importação de medicamentos órfãos — aqueles destinados a tratar ou controlar doenças raras — que não sejam produzidos no país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pela proposta do senador (PLS 31/2015), mesmo que não estejam regulamentados no Brasil, os remédios poderão ser comprados por importadoras se tiverem registro na Comunidade Europeia ou nos Estados Unidos.

— Já que o Estado não ajuda no processo de importação ou produção doméstica de determinados medicamentos, é justo que não atrapalhe e ofereça condições e mecanismos céleres para a importação. Evidentemente, estamos tratando daquilo que deveria ser a suprema lei: a saúde da nossa gente — afirmou Alvaro.

Ferraço: nota do Itamaraty sobre Venezuela é tímida

Após criticar postura do Itamaraty diante da situação da Venezuela, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse esperar que o novo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, dê novo rumo à política externa brasileira.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Ferraço, a nota do Itamaraty sobre a crise na Venezuela é tímida, quase omissa, porque apenas insta as partes a buscarem entendimento, sem citar a prisão do prefeito de Caracas, Antonio Ledezma. Como a Venezuela é membro do Mercosul e se comprometeu a respeitar os princípios democráticos defendidos pelo bloco, Ferraço avalia que o que ocorre lá é de interesse do Brasil.

— O Brasil deve se oferecer, sim, como mediador, mas não pode continuar se apequenando, não pode continuar se acovardando diante das violações que estamos observando na Venezuela — alertou.

Simone sugere política para desenvolver interior

Simone Tebet (PMDB-MS) destacou a necessidade de reformas estruturantes. Ela defendeu uma reforma política capaz de aumentar a transparência do sistema eleitoral e disse esperar que o Senado trate do tema ainda neste semestre.



Waldemir Barreto/Agência Senado

A senadora criticou a elevada carga tributária, especialmente sobre a folha de pagamento das empresas, por temer o agravamento da crise na indústria. Também propôs a revisão do pacto federativo em relação às atribuições dos municípios. Ressaltando a importância do interior para a economia, sugeriu a criação de um plano nacional de desenvolvimento regional.

— Somos os grandes estados produtores. Produzimos a matéria-prima para a indústria do país. Somos os exportadores que permitem que a balança comercial fique no positivo.

Viana pede comissão para avaliar estragos da cheia no Rio Acre

Jorge Viana (PT-AC) sugeriu a criação de comissão temporária para visitar o Acre e verificar os estragos provocados pela cheia do Rio Acre e dar apoio às autoridades dos municípios atingidos, como Assis Brasil, Brasileia, Xapuri e Rio Branco.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Segundo ele, depois de 40 horas de chuvas, milhares de famílias estão desabrigadas e os prejuízos são incalculáveis. A bancada do Acre deve reunir-se com o Ministério da Integração Nacional para pedir o apoio da defesa civil.

— Obviamente não dá para fugir desse debate sobre desmatamento, sobre mudança do clima. São Paulo enfrenta uma seca que não tem precedentes, Minas Gerais também, Rio de Janeiro também. E nós no Acre, na Amazônia, estamos tendo o excedente de água, uma concentração de chuvas — afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia

Coordenação de Edição: Silvío Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senadores Cássio Cunha Lima e Randolfe Rodrigues querem reverter decreto presidencial que reajustou a Cide e as contribuições ao PIS-Cofins incidentes sobre produtos do mercado de petróleo e óleo diesel



Mudança nas alíquotas de contribuições representa 11% dos R\$ 20,7 bilhões que o governo quer recolher com o pacote fiscal

Projetos podem barrar aumentos em combustíveis

DOIS PROJETOS DE decreto legislativo (PDS) para sustar decreto presidencial que aumentou a contribuição ao PIS-Cofins e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidentes sobre a importação e comercialização de produtos do mercado de petróleo e óleo diesel começaram a tramitar no Senado. As propostas foram encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O Decreto 8.395, de 28 de janeiro de 2015, promove alterações em dois outros decretos de 2004 que haviam reduzido as alíquotas sobre os produtos. Foi uma das medidas do pacote de ajuste fiscal que o governo anunciou para equilibrar as contas públicas.

Um dos projetos (PDS 1/2015) é do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e o outro (PDS 4/2015), do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Entre os argumentos para a iniciativa, os autores sustentam que aumento de alíquotas de tributos depende de aprovação legislativa, não cabendo adoção da medida por meio de decreto presidencial.

Os dois avaliam que o governo agiu de modo exorbitante ao baixar o Decreto 8.395/2015. Para eles, cabe ao Congresso fazer uso de sua competência constitucional para sustar atos do Executivo que ultrapassem os limites do poder regulamentador ou que vão além da delegação legislativa recebida.

Se aprovados na CCJ e confirmados em Plenário, os textos ainda terão que passar pela Câmara dos Deputados.

Argumentação

Na justificativa do PDS 1/2015, Cássio observa que cabe ao Poder Legislativo instituir tributos, o que exige aprovação de lei (em sentido estrito) que defina elementos estruturantes: fato gerador, contribuinte, base de cálculo e alíquotas.

Em reforço, o senador destaca que a redação do artigo 150 da Constituição veda à União, aos estados e aos municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

“O princípio da legalidade em matéria tributária não poderia ser mais claro”, comenta o parlamentar.

Randolfe, antes mesmo de registrar seu projeto, já havia classificado o ajuste fiscal como um “pacote de maldades”. Em discurso no Plenário, ele disse que o governo poderia recorrer a meios mais justos para dispor de recursos, como a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).

Impacto

Com a alteração da incidência do PIS-Cofins e da Cide sobre combustíveis, em conjunto, haverá um impacto de R\$ 0,22 para gasolina e de R\$ 0,15 para o óleo diesel. A partir dessa medida, os cofres federais devem arrecadar R\$ 2,2 bilhões. Essa receita representa quase 11% dos R\$ 20,7 bilhões que o governo pretende recolher com o novo pacote fiscal.

O governo afirma que a correção das alíquotas equipara a tributação nacional à que incide sobre os produtos importados do mercado de petróleo e diesel. Argumenta que a medida se tornou necessária depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) retirou o ICMS da base de cálculo nas importações.

Proposta incentiva doações a universidades públicas

A exemplo do que ocorre com estabelecimentos estrangeiros de ensino superior, as universidades públicas brasileiras poderão vir a receber recursos doados por ex-alunos e outras instituições para manutenção e investimento.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 16/2015, da senadora Ana Amélia (PP-RS), autoriza as universidades públicas a criarem fundos patrimoniais para receber doações de pessoas físicas e jurídicas. Eles teriam personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

O patrimônio dos fundos deverá ser formado exclusivamente por dotações próprias e doações de bens, móveis e imóveis, e direitos de qualquer espécie, efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no Brasil ou no exterior. Esses bens devem ser mantidos separados dos da universidade ao qual o fundo está ligado contábil, administrativa e financeiramente.

Pelo projeto, cada fundo teria um conselho de administração, com cinco membros, e um comitê de investimentos, com três integrantes de notó-

rio conhecimento nos mercados financeiros e de capitais.

A proposta também prevê que os valores doados sejam deduzidos do cálculo do Imposto de Renda dos doadores, dentro dos limites já estabelecidos pela legislação.

Ana Amélia lembra que o financiamento das instituições de ensino superior públicas no Brasil enfrenta muitos problemas. A proposta está na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, de lá, segue para a de Assuntos Econômicos (CAE), onde será analisada em decisão final.

Crise na Petrobras já elimina empregos, alerta Ana Amélia

Investimentos interrompidos e fechamento de postos de trabalho são consequências já visíveis da crise por que passa a Petrobras, alertou Ana Amélia (PP-RS) ontem.

A senadora lembrou que os investimentos da empresa são importantes especialmente para a metade sul do Rio Grande do Sul, região mais deprimida economicamente do estado e que viveu euforia com a criação de 18 mil em-



pregos no Polo Naval de Charqueadas. Agora a situação é de incerteza quanto aos investimentos da estatal e de toda a cadeia produtiva do setor.

— Hoje o sonho se esboroa porque, dos 18 mil empregos, 7 mil já foram eliminados.

Ela conclamou a classe política a um esforço pelo salvamento da empresa, cujos investimentos considera fundamentais para a retomada do crescimento econômico.

Incerteza sobre plataformas causa demissões, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem, em Plenário, esperar uma solução para a crise que atinge o polo naval da cidade gaúcha de Rio Grande, no



qual 16 mil pessoas foram demitidas de novembro a janeiro — segundo ele, como consequência dos escândalos na Petrobras. Também estariam ocorrendo demissões na área naval na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco.

O senador leu carta do pre-

sidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Rio Grande e São José do Norte, que diz que o momento é de caos devido às incertezas quanto à fabricação

das plataformas P-75 e P-77.

— O emprego é sagrado. E nós temos a obrigação de defender o polo naval, defender a Petrobras. Se alguém teve desvio de conduta, que pague pelo que fez. Mas os trabalhadores não podem mais uma vez pagar a conta — declarou.

Para Aloysio Nunes, governo de Dilma está sem rumo

O governo da presidente da República, Dilma Rousseff, está sem rumo, afirmou Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ontem, em discurso. Para ele,



a prova disso é que Dilma segue atribuindo a fatores externos os problemas na economia, mesmo após o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, admitir que o Brasil vive uma crise econômica.

Aloysio também criticou declarações de Dilma de que a

culpa da corrupção na Petrobras seria do ex-presidente Fernando Henrique, já que um ex-diretor da estatal, Pedro Barusco, admitiu que teria recebido

propina em 1997. O senador afirmou que, se houve propina, teria sido fato isolado e não prática institucionalizada, como faz o PT no poder.

O parlamentar lamentou em Plenário a morte da ativista social Maria Helena Gregori, ocorrida dia 15.

Mudança na regra do Fies preocupa Acir Gurgacz

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) chamou a atenção ontem para as novas regras de acesso ao Fies, o sistema de financiamento do Ministério da Educação para estudantes universitários.



A partir de agora, os alunos terão que ter uma nota mínima, 450 pontos, no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), e não poderão zerar a prova de redação para ter acesso ao financiamento.

Para o senador, a alteração poderá restringir o número de alunos de baixa renda no ensino superior.

— Essas mudanças, de um modo geral, são positivas e justas, pois estão sustentadas nos princípios de mérito e de isonomia, mas não levaram em conta a realidade brasileira e a própria política do governo para educação superior, sustentada na inclusão social e na universalização do ensino.

Sessão marcada para as 10h visa auxiliar os senadores na análise dos projetos que tramitam na Casa sobre o assunto e será transmitida ao vivo pela TV e pela Rádio Senado



O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, o diretor da Transparência Brasil, Claudio Abramo, e os cientistas políticos Murillo de Aragão e Lucio Rennó foram convidados para o debate em Plenário

Especialistas debatem hoje reforma política

QUATRO ESPECIALISTAS DEVEM debater a reforma política com os senadores em Plenário, hoje, a partir das 10h. Foram convidados o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes; o filósofo Claudio Weber Abramo, que é diretor-executivo da ONG Transparência Brasil; e os cientistas políticos Murillo de Aragão e Lucio Rennó.

A sessão temática foi marcada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de subsidiar os senadores a analisar dez projetos relacionados à reforma política, que devem ser incluídos na pauta do Plenário em março (veja quadro).

Com mestrado e doutorado pela Universidade de Munique, na Alemanha, Gilmar Mendes foi advogado-geral da União entre 2000 e 2002, quando assumiu o cargo de ministro do Supremo. É professor da Universidade de Brasília (UnB), do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e da Escola de Direito do Brasil (EDB), que ele fundou. Na UnB, suas linhas de pesquisa são voltadas especialmente para os direitos fundamentais,

o direito constitucional e o direito administrativo.

Em abril de 2014, no julgamento, pelo Supremo, de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) com o objetivo de proibir as doações de empresas a campanhas eleitorais, Gilmar Mendes pediu vista do processo. Seis ministros já tinham se manifestado pela proibição das doações pelas empresas, configurando maioria no tribunal. Com o pedido de vista, não há prazo para o julgamento ser retomado.

Transparência

Claudio Weber Abramo é matemático e mestre em filosofia da ciência pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Tem se destacado na ONG Transparência Brasil, a qual dirige desde 2002, com foco no combate à corrupção. A entidade relaciona o financiamento das campanhas com poder econômico e corrupção.

Abramo integra o Conselho de Transparência e Controle Social do Senado, criado em fevereiro de 2013, e que atua como órgão consultivo

da Presidência da Casa e da Comissão Diretora. Em entrevista à revista *Exame*, em dezembro, ele criticou o loteamento do Estado pelos partidos políticos.

Murillo de Aragão é mestre em ciência política e doutor em sociologia pela UnB. Também é advogado e jornalista e preside a Arko Advice Pesquisas. Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República desde 2007, integra ainda a Associação Brasileira de Ciência Política, a American Political Science Association e a Internacional Political Science Association.

No ano passado, publicou o livro *Reforma Política — o debate inadiável* (Civilização Brasileira, 2014). Em artigo publicado no jornal *O Estado de S.Paulo* no ano passado, Murillo de Aragão afirma que o Brasil vive a “infância democrática” e precisa vencer várias formas de autoritarismo relacionadas ao clientelismo, ao corporativismo e à corrupção. Ele defende a participação dos Três Poderes na elaboração da reforma política, que deve tratar de temas como

financiamento de campanhas, fidelidade partidária e fim das coligações nas eleições proporcionais, entre outros.

Consenso múltiplo

Lucio Rennó é mestre em ciência política pela UnB e doutor em ciência política pela Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos. Tem pós-doutorado no Latin American and Caribbean Studies Center da Stony Brook University, em Nova York, e no Institute for Latin American Studies do German Institute for Global and Area Studies, em Hamburgo, na Alemanha. É professor-adjunto do Instituto de Ciência Política da UnB. Seu trabalho tem ênfase em política comparada, estudos legislativos e comportamento eleitoral.

Em artigo intitulado “Por que a reforma política não sai”, publicado em 2007 pela revista *Desafios do Desenvolvimento*, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), Rennó observa que “reformas políticas são multidimensionais e (...) para ser efetivadas, exigem consensos múltiplos que não acontecem com frequência”. Para ele, o sistema político brasileiro — o “presidencialismo de coalizão” — dificulta a reforma. “As poucas mudanças ocorridas foram predominantemente definidas em momentos pré-eleitorais, tendo um caráter bastante casuístico de beneficiar o grupo no poder”, sublinha.

Acompanhe ao vivo, às 10h:
www.senado.leg.br/tv
www.senado.leg.br/radio

Projetos de mudança devem ser analisados em março

O debate servirá para preparar a votação em Plenário, prevista para março, de dez projetos que alteram regras eleitorais e partidárias. A agenda de discussões e decisões estabelecida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, tem como objetivo dar andamento à reforma política no Legislativo.

— Ela [a reforma] não pode seguir sendo uma unanimidade estática, em que todos são favoráveis, mas não se avança um milímetro sequer — disse Renan, na posse da presidente Dilma Rousseff, em janeiro.

Dois dos projetos que devem ser examinados em março tratam do financiamento de campanhas eleitorais. Ambos têm o aval da Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ).

O colegiado deu parecer sobre todas as propostas que estarão em análise pelos senadores e rejeitou apenas uma: a PEC 55/2012, que institui o voto facultativo.

Os temas abordados pelos projetos também incluem prestação de contas eleitorais, formação de coligações, datas de posse, critérios para criação de partidos e participação feminina. São seis propostas de emenda à Constituição e quatro projetos de lei.

A edição deste mês da revista *Em Discussão!*, publicada pela Secretaria de Comunicação Social do Senado, traz reportagens que explicam os temas mais comuns da reforma política.

Para o cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília (UnB), entrevistado pela revista, os políticos hesitam em realizar uma reforma ampla por receio de entrar em “terreno desconhecido”.

Outra publicação do Senado que aprofunda o assunto é o livro *Resgate da Reforma Política — diversidade e pluralismo no Legislativo*, escrito por consultores e advogados da Casa. O livro será lançado hoje, às 18h30, na Biblioteca do Senado, e será distribuído gratuitamente em bibliotecas públicas. Em breve, será disponibilizado também em formato digital.

Baixe a revista *Em Discussão!*:
<http://bit.ly/EmDiscussao24>

Propostas em discussão



PEC 40/2011: Permite coligações partidárias somente em eleições majoritárias (presidente, governador, senador e prefeito), vedando-as para disputas de deputados federais e estaduais e vereadores.



PEC 38/2011: Trata da data de posse e duração de mandato. Propõe posse do presidente em 15 de janeiro e de governador e prefeito em 10 de janeiro. Recebeu emenda para unificar posse de deputados estaduais e distritais em 1º de fevereiro, já aprovada na CCJ. Previa ainda mandato de cinco anos para presidente, governador e prefeito, mas essa parte foi rejeitada.



PEC 73/2011 e PEC 48/2012: Exigem desincompatibilização do presidente, governador e prefeito que queiram se reeleger. A PEC 73/2011 determina que o candidato à reeleição deve renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito. A PEC 48/2012 exige a licença a partir do primeiro dia útil após a homologação da candidatura, conforme emenda aprovada na CCJ (o texto original dizia “nos quatro meses anteriores ao pleito”).



PEC 55/2012: Institui o voto facultativo. A proposta foi rejeitada na CCJ. Está em Plenário para primeira sessão de discussão, em primeiro turno.



PEC 58/2013: Estabelece como critérios para criação de partidos o apoio de eleitores correspondentes a pelo menos 3,5% do eleitorado nacional em 18 estados, ao menos um estado em cada região, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles (o texto original previa 1% do eleitorado nacional, percentual modificado na CCJ).



PLS 60/2012: Veda doações de pessoas jurídicas a campanhas eleitorais. A matéria foi aprovada na CCJ e aguarda inclusão na ordem do dia.



PLS 601/2011: Obriga candidatos, partidos e coligações a divulgar na internet relatórios periódicos referentes aos recursos arrecadados e gastos na campanha eleitoral. Foi aprovada na CCJ e aguarda inclusão na ordem do dia.



PLS 268/2011: Institui o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. Tramita em conjunto com o PLS 373/2008, que trata de doações a campanhas feitas por meio de cartões de pagamento, de débito e de crédito. O primeiro foi aprovado na CCJ e o segundo foi considerado prejudicado. As matérias aguardam inclusão na ordem do dia do Plenário.



PLS 295/2011: Eleva o percentual de vagas para mulheres nas eleições proporcionais. Aprovado na CCJ, o projeto aguarda inclusão na ordem do dia.